

D' NO TRABALHO

Para fazer luz nos teus direitos



BOLETIM INFORMATIVO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO

Ano 3 - n.º 3 - Julho/Nov. 2008 - 1 EURO

NESTE BOLETIM

- SEM APOIO *Página 1*
- 2 MILHÕES DE PORTUGUESES (SOBRE)VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA *Página 2*
- 1.º GRUPO DE AUTO-AJUDA FESTA DE ENCERRAMENTO *Página 3*
- SEGURO SOCIAL DE ACIDENTES DE TRABALHO *Página 4*
- “MOBILIDADE, EDUCAÇÃO E TRABALHO” *Página 5*
- DISCRIMINAÇÃO PRATICADA AOS SINISTRADOS NO TRABALHO *Página 6*
- O MANUEL UMA OPINIÃO, MUITAS IDEIAS *Página 7*
- NOTÍCIAS MUITA ATENÇÃO *Página 8*



SEM APOIO

Como vem sendo habitual num país que não protege, como devia, os trabalhadores enquanto trabalham, mais um grave acidente de trabalho ocorreu, desta vez em Braga, no dia 8 de Setembro, e morreram 3 trabalhadores. Logo vieram os responsáveis políticos dizer “**vai ser feito um rigoroso inquérito**” (...) “**vamos dar todo o apoio às famílias**”.

Nós acreditamos, e no dia 30 do mesmo mês de Setembro, a nossa Psicóloga e a Assistente Social, foram falar com os familiares da vítimas e, ao que apuramos, nem a Câmara de Braga, nem a Câmara de Ponte do Lima, prestaram qualquer apoio, nem sequer apresentaram condolências às famílias, **foi tudo mentira**, o único apoio que as famílias tiveram, foi no local e no mesmo dia, por parte do INEM.

A A.N.D.S.T., considera inconcebível, o desinteresse do poder local, onde residiam as vítimas, e da localidade onde ocorreu o acidente e, mais grave ainda, o facto de se ter passado à população, um propósito e uma promessa que não cumpriram.

A A.N.D.S.T., disponibilizou apoio psicológico, social e jurídico aos familiares, de forma a ajudar ao seu bem-estar psíquico e adaptabilidade emocional, bem como garantir a concretização dos seus direitos.

2 MILHÕES DE PORTUGUESES (SOBRE)VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA (20% SÃO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

Esta afirmação, confirmada por estudos recentes, não desmentida pelo Governo, devia, obrigatoriamente, fazer-nos reflectir profundamente, mas, por qualquer razão, esta realidade, tem passado praticamente incólume na grande comunicação social, durante quase todo o ano, apenas tocado ao de leve, no dia mundial para erradicação da pobreza

Imaginemos, quantos milhares de famílias, muitas delas com crianças, carregam o peso (e a vergonha) da necessidade de recurso a instituições de solidariedade para conseguirem alguma alimentação, a angústia de milhares de famílias sem condições económicas para, de vez em quando, darem um “mimo” aos filhos, esposas/esposos, pais ou netos.

Segundo o artigo 9.º d) da Constituição da República Portuguesa, o Estado tem a obrigação de **“garantir o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a**

transformação e modernização das estruturas económicas e sociais”.

A lei suprema do país que, todos, (em especial os governantes) estamos obrigados a cumprir, tem já mais de 30 anos, mas, a verdade, é que, no fundamental (**o direito a uma vida digna**) continua por cumprir.

Grande parte das pessoas muito pobres, sem meios de vida, são pessoas com deficiência, fortemente fragilizadas económica, social e emocionalmente. As Associações de pessoas com deficiência, como a ANDST, não podem, nem devem silenciar esta triste realidade em que vivemos, e por isso, temos procurado, junto do governo, e da comunicação social, denunciar a ausência de políticas sociais que combatam a pobreza e promovam a inclusão, mas, à vários anos a esta parte que os governantes, e a grande comunicação social, fazem “orelhas moucas” às propostas sérias e exequíveis que vimos fazendo, talvez porque fale mais alto os interesses dos grandes lobbys económicos.

A crise económica e financeira internacional, à muito anunciada, resultado de políticas neo-liberais, determinadas por políticos e gestores gananciosos, vai, seguramente, reflectir-se em Portugal, com consequências muito graves para as pessoas com menos recursos económicos e sem oportunidades, em especial as pessoas com deficiência.

Os nossos políticos e os nossos economistas, vem agora dizer que a crise já era esperada, mas nada nos diziam, nem dizem, (talvez porque pensem que o povo, quanto mais ignorante melhor) faltando ao dever, que um dia juraram, de respeito e lealdade para com o povo.

Este “fado” tem que transformar-se num grito de revolta, e todos gritando juntos, BASTA DE MISÉRIA ! certamente seremos ouvidos. A razão está do nosso lado, temos que a usar com firmeza e determinação, pois só assim poderemos construir e viver num país justo, solidário e fraterno, e usufruir da felicidade a que temos direito.



1º GRUPO DE AUTO-AJUDA FESTA DE ENCERRAMENTO

***“Eu sou capaz de fazer qualquer coisa, e se não for,
sei como obter ajuda”***

Ben Carson

No passado dia 20 de Setembro, pelas 15 horas, realizou-se a Festa de Encerramento do 1º Grupo de Auto-Ajuda nas instalações, gentilmente cedidas, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Estiveram presentes alguns dos participantes do Grupo, assim como as suas famílias, elementos da Direcção e técnicos da ANDST.

Durante a tarde houve um lanche oferecido pela ANDST que também contou com o contributo dos seus associados, assim como música variada para animar a festa.

Este convívio promoveu o reencontro dos elemen-

tos do Grupo de forma a manter a continuidade dos laços estabelecidos, ramificando-se aos respectivos familiares, técnicos e elementos da direcção.

Durante o decorrer da festa, os participantes trocaram experiências entre si, das quais se salienta histórias de vida pessoal, a importância do apoio familiar como suporte emocional e, a ajuda da ANDST nas várias valências que disponibiliza aos seus associados e respectivo agregado familiar.

A ANDST agradece a participação de todos e informa que é seu desejo manter a continuidade deste tipo de convívios com e entre os seus associados.



Seguro Social de Acidentes de Trabalho

Com a crise económica instalada, (sem solução à vista) Bancos e Companhias de Seguros, correm sérios riscos de falência, (alguns já faliram, outros estão nos cuidados intensivos, com prognóstico reservado) e Portugal não foge à regra.

Em tempos de tamanha crise económica e financeira, os direitos das pessoas com deficiências adquirida em acidente de trabalho (pensionistas) tem que ser garantidos e preservados, e essa garantia tem de passar, obrigatoriamente, pela nacionalização do seguro de acidentes de trabalho.

Como se sabe, uma grande parte dos lucros das Seguradoras, vem do ramo dos acidentes de trabalho, e para garantir esses mesmos lucros, as Companhias de Seguros, tem sido ferozes opositores da inevitável discussão sobre a integração dos acidentes de trabalho na Segurança Social, como de resto já sucede na esmagadora maioria dos países.

A nacionalização dos aciden-



tes de trabalho, como forma de garantir uma maior e melhor protecção dos sinistrados, é uma discussão que já vem dos anos 60, e chegou mesmo a ser expressamente consagrado na Lei nº 28/84, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, a integração dos acidentes de trabalho no regime geral da Segurança Social, mas essa parte da Lei, nunca chegou a ser regulamentada, porque os interesses económicos das seguradoras, tem sido mais importante do que os direitos sociais e económicos dos sinistrados no trabalho.

Que esta crise nos alerte para a urgente necessidade de uma discussão alargada, designadamente no movimento sindical, sobre as

vantagens (sem desvantagens) para os trabalhadores, os sinistrados e as suas famílias, da importância da criação de um sistema publico para a reparação dos acidentes de trabalho, tal como sucedeu em 1962 com a nacionalização (a pedido das seguradoras privadas) das doenças profissionais.

Se esta discussão não for feita com urgência, os vindouros acusar-nos-ão, justamente, de postergarmos os direitos fundamentais das vítimas do trabalho.

Os direitos humanos das pessoas com deficiência adquirida em acidentes de trabalho, não são compatíveis com interesses mesquinhos e gananciosos de grandes grupos financeiros.

“MOBILIDADE, EDUCAÇÃO E TRABALHO”

O CES – Conselho Económico e Social, depois de ouvir os vários conselheiros, emitiu, em Outubro deste ano, um parecer sobre a problemática da mobilidade, educação e emprego das pessoas com deficiência.

É objectivo do CES, com este parecer, contribuir para uma melhor compreensão das questões relacionadas com a deficiência, em especial a inclusão familiar, profissional e o bem-estar económico da população portadora de deficiência.

O último censo realizado em 2001, no nosso país, aponta para a existência de cerca de 635.000 pessoas com deficiência, no entanto, estes números (já contestados pelas organizações de pessoas com deficiência) são contrariados pelo OMS-Organização Mundial de Saúde, que aponta para a existência, em Portugal, de cerca de um milhão de deficientes.

Neste parecer, são relevados “A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; a Estratégia Europeia para a Deficiência, e o Plano de Acção para a Deficiência do Conselho da Europa, que teve início em 2006 e segue até 2015.

O Plano de Acção para a Deficiência da Comissão Europeia, surge na sequência, da falência de normas e directivas comunitárias, cuja implementação nos vários países, tem sido ignorada.

Julgando interpretar o pensamento do autor deste relatório, é nossa



convicção que as pessoas com deficiência são, de longe, os que mais obstáculos encontram no acesso ao emprego, quer pela ausência de formação profissional, quer pela existência de preconceitos (vítimas do estigma da deficiência) quer pelo incumprimento da lei, de que destacamos o Estado, que não cumpre as leis que está obrigado a cumprir, designadamente, a quota de emprego na função pública, o Plano Nacional para a Promoção das Acessibilidades, o Plano Nacional de Emprego etc. etc. etc., e se o exemplo não vem de cima....

A insuficiência e, em alguns casos, ausência de diálogo entre o Governo e as Organizações representativas das pessoas com deficiência,

tem aprofundado as desigualdades, a discriminação, e dificultado a concretização dos direitos das pessoas com deficiência.

A não visibilidade das preocupações das pessoas com deficiência, a ausência de oportunidade de dizerem de sua justiça, o silêncio e o desinteresse da comunicação social, em especial da televisão pública, pelas questões relacionadas com a deficiência e os deficientes tem, seguramente, contribuído para que, em Portugal, as pessoas com deficiência, não tenham, as mesmas oportunidades e os mesmos direitos de que já usufruem outros cidadãos europeus com deficiência.

Feliz Natal Bom Ano Novo

A Direcção Nacional e os colaboradores da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, desejam a todos os associados e suas famílias, um Natal muito feliz.

Que o ano de 2009, que se avizinha difícil, se torne num ano de luta e esperança, num país mais justo, mais fraterno e, **especialmente para si**, mais feliz.

9.º ALMOÇO/CONVÍVIO EM COIMBRA

A Delegação do Centro da A.N.D.S.T., vai realizar o 9º **Almoço/Convívio** de associados e familiares no dia 16 de Novembro (domingo) em Condeixa-a-Nova. O almoço será servido no Restaurante “Paris” em Campizes, seguido de uma visita às ruínas de Coninbriga, onde haverá uma tarde cultural. A autarquia de Condeixa-a-Nova, apoia esta iniciativa, disponibilizando o meio de transporte. As inscrições devem ser feitas na Delegação da ANDST em Coimbra.

DISCRIMINAÇÃO PRATICADA

AOS SINISTRADOS NO TRABALHO

Opinião do leitor

Venho por este meio mostrar o meu descontentamento em relação à discriminação praticada por patrões aos sinistrados (...) não lhes interessando se podem, ou não, fazer o que outrora já fizeram e que actualmente não conseguem, devido à incapacidade que adquiriram em acidente de trabalho. O mais triste de tudo é que não lhes passa pela cabeça que hoje estão bem e amanhã poderão estar como eu ou

pior ainda e sem pensarem que depois irão sentir na pele aquilo que eu e outros sentimos ao sermos rejeitados põe eles (...) que não se importam nada com ninguém a não ser com eles mesmos. No caso dos patrões que até conhecem a situação das pessoas sinistradas no seu serviço fazem de conta que não sabem nada e tudo fazem para que os trabalhadores sinistrados se sintam como que os verdadeiros culpados de toda a situação em que se encontram e ficando eles, patrões, os bem vistos no final das contas. Para não falar dos patrões que recebem o valor da IPP que foi atribuído ao sinistrado tentam fazer com que este seja descontado na retribuição do sinistrado alegando que o valor que os sinistrados recebem da seguradora já não tem que ser paga pelo patrão porque o valor recebido pelo sinistrado por ele já não produzir como produzia (...) todo o trabalhador que aceitar tal infracção aos artigos 270º 288º e 289º do Código do Trabalho é um bom trabalhador e todo o outro trabalhador que não aceitar que tal infracção seja praticada passa a ser considerado como o mau da fita (...) começando o patrão por fazer pressão directa e indirecta sobre o trabalhador para que este acabe por se sentir mal e se vá embora, devida à pressão causada pelo patrão que se dedica à prática da discriminação contra os trabalhadores sinistrados. A Lei 46/2006 assim como o artigo 122º do Código do Trabalho proíbem o empregador de praticar actos de discriminação sobre o trabalhador. Todo o trabalhador que exerça os seus deveres e obrigações também lute e exerça os seus direitos, não é um bom trabalhador e porque? Porque não está a dar nem autorizar que lhe retirem o que é seu e que também não façam dele gato-sapato (...) sendo um trabalhador com contrato a prazo tanto mais fácil e melhor para o patrão que quando chegar ao final do contrato, manda o trabalhador embora. (...) No fundo o que está em causa são os interesses financeiros acima de tudo o que é mais sagrado, e venha quem vier nada lhes interessa mais a não ser o dinheiro.

Para concluir, quero dizer que o que me levou a ser sócio da ANDST foi o motivo de me estar a sentir injustiçado por uma pessoa que estava a defender os interesses financeiros da seguradora (o médico do seguro) e em não concordar com o que ele escrevia no boletim de alta. Estou satisfeito com o trabalho desenvolvido por todos quantos dão a cara na ANDST em luta pelos mais desfavorecidos nomeadamente os sinistrados e espero continuar a fazer parte dos já e infelizmente milhares de sinistrados no trabalho para que possamos ser mais bem tratados e aceites, não como coitadinhos mas, como pessoas úteis que somos, além das limitações que possamos ter adquirido em acidente de trabalho.

VÍTOR MANUEL VILELA MOÇO
Sócio nº 11.528

**Quer
usar da palavra?**

**Fazer algum
comentário?**

**Dar a conhecer
a sua situação?**

ESTE ESPAÇO É SEU,

envie a sua opinião, o seu
testemunho, ou a sua mensagem para:

A. N. D. S. T.



ANDST - BOLETIM

Rua Dr. Aires de Gouveia
Osório, 142
4100 – 024 PORTO ou por
e-mail: andst6@hotmail.com

O Manuel

Está à espera dos Seguros e das Caixas.

Foi há dois anos que a silicose o tombou. Os Tribunais do Trabalho deram-lhe razão; e os Segu-

ros viram-no ao raio X. Viram-no muitas vezes e por todos os lados. A seguir, deram-lhe remédios e que esperasse pelo andamento do processo.

O Manuel começou, então, a tomar remédios pelos braços e a passar fome pela boca.

Isto, há dois anos. Hoje, o Manuel dorme numas palhas, com o seu casaco sebento. Faz o caldo num tacho, a um canto.

O processo está em andamento...

Disse-lhe o dr. Delegado que

tudo ia bem. E quanto trabalho tem dado! Quanto papel escrito! Quantas assinaturas!...

De que se alimenta?

Ele só tinha o seu trabalho.

Não pode trabalhar.

Não tem pão.

Está a ficar magrinho, quase só lhe vejo os olhos e o casaco sebento.

O Manuel que espere... O seu processo está em andamento.

A Companhia de Seguros também espera... a sua morte.

25 de Setembro de 1956.

In "O Lodo e as Estrelas",
de Telmo Ferraz, 3.^a edição, 1985
Editorial da Casa do Gaiato,
Paço de Sousa



UMA OPINIÃO, MUITAS IDEIAS

A crise de todos os dias, em crise, não é novidade para quem sabe que a regra de ouro, na vida, é sobreviver.

A classe de cada um é determinada pela riqueza de que dispõe. Para o trabalhador o trabalho, para o empresário a sua empresa, para o homem de negócios a oportunidade, para os investidores o sucesso das suas aplicações financeiras e para os "donos do mundo" o poder a qualquer preço.

A crise, dizem, afecta todos, mas atinge de forma dramática aqueles que pouco têm.

Vivemos num país muito bonito mas os portugueses são os mais pobres da zona euro e gastam mais do que a média europeia em alimentação. Precisamos de aumentar a produção agrícola para diminuir a importação de alimentos.

O custo de vida a preços do dia a dia ultrapassa sempre os rendimentos obtidos pelo trabalho. Para quem recebe um salário mínimo de 450 € (inferior ao Salário Mínimo Nacional) as despesas com alimentação, vestuário, transportes, educação, saúde, renda de casa, luz e gás, e água, obrigam a uma gestão rigorosa e difícil.

A classe empresarial tem urgência na formação dos seus quadros e na admissão de trabalhadores com qualificação adequada à indústria, comércio e serviços que desenvolvem e aceitar o princípio da competição leal com a aplicação de regras e normas comuns para que todos ganhem pela imaginação, criatividade e gestão que introduzam no dia a dia.

Os negócios requerem uma visão mais humana e a sensibilidade para criar equilíbrios econó-

micos e financeiros à medida dos interesses e compromissos reais de cada um de nós.

Os investidores "tremem" com o receio de perder o controle dos seus valores reais e "fictícios". Os políticos e economistas procuram soluções mas a "cura" vai demorar alguns anos. Talvez com esta "crise" aprendam o que qualquer um de nós já sabia.

Quanto aos "donos do mundo" aguardamos que venham a ser uma espécie em vias de extinção. Este artigo de opinião pode suscitar aceitação e rejeição. Mas não deseja conflitos, sim o confronto de ideias que ajudem a compreender que crise é esta que nos invade a casa, preocupa famílias e provoca alterações nos comportamentos sociais.

E. Amadeu

NOTÍCIAS · NOTÍCIAS · NOTÍCIAS · NOTÍCIAS

Com o lema “A Deficiência e a Sociedade”, a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, promove, no dia 06 de Dezembro, o 18º ENCONTRO NACIONAL DE DEFICIENTES, na Cidade de AVEIRO no Parque de Exposições. Em tempo de graves dificuldades sociais e económicas, as pessoas com deficiência e seus familiares, vão, neste Encontro Nacional, não apenas analisar, discutir e denunciar o agravamento da sua qualidade de vida, e a ausência de políticas sociais, mas vão, certamente, apresentar propostas e medidas que promovam o cumprimento dos seus direitos. Os sócios podem fazer a sua inscrição para este END na Sede ou Delegações da ANDST.

Realizou-se no passado dia 24 de Outubro, o 8º Congresso da União dos Sindicatos do Porto USP/CGTP-IN. onde foi discutida e aprovada a resolução para a actividade sindical para o distrito do Porto. A ANDST foi convidada para assistir ao congresso, tendo enviado uma saudação, que reflectia as nossas preocupações sobre a situação económica nacional e internacional e os receios de algumas seguradoras ficarem em risco de falência, por causa da crise económica, com consequência muito graves para os sinistrados pensionistas.

A Delegação do Centro da A.N.D.S.T., depois de uma reunião com o director do Centro Regional de Segurança Social de Coimbra, em que se falou sobre um acordo de cooperação, com o objectivo de alargar o apoio aos sócios da ANDST residentes do distrito, nomeadamente, apoio psicológico, social e jurídico, está a ultimar o projecto para que seja entregue antes do final do ano, ao CDSS de Coimbra, de forma a entrar em vigor em 2009, possibilitando assim alargar e melhorar os nossos serviços de apoio aos sócios da zona centro do país.

MUITA ATENÇÃO!

É hábito das Companhias de Seguros, sempre que se verifica um acidente de trabalho, enviar um representante falar com o sinistrado ou com algum familiar chegado. Normalmente, este representante da Seguradora pretende saber em que circunstâncias se verificou o acidente e quem o responsável. Muitas vezes o sinistrado sob tensão e preocupado diz coisas que até nem correspondem à realidade.

Assim, é conveniente que o sinistrado não preste declarações à Companhia de Seguros antes de ter sido aconselhado pela sua Associação.

Muitas vezes, também, o representante da Companhia pretende obter logo um acordo quanto ao ressarcimento pelo acidente, obtendo a concordância, imediata, do sinistrado, sempre com a ideia que o processo correrá mais depressa. Também, neste caso, aconselhamos a não fazer qualquer acordo ou assinar qualquer documento, sem previamente, estar aconselhado pela Associação.

A DIRECÇÃO DA ANDST

NO TRABALHO

FICHA TÉCNICA

Propriedade:
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS DEFICIENTES SINISTRADOS
NO TRABALHO

Redacção/Administração:
Rua Dr. Aires Gouveia Osório, 142
4100-024 Porto
Tel.: 226 176 796
Fax: 226 178 608
Tlm: 916 985 027
e-mail_andst6@hotmail.com

Director: Luís Machado
Colaboradores: António Oliveira,
Santos Amadeu
Registo Provisório N.º 125511

Impressão: Alavanca - Coop. Artes
Gráficas

Depósito Legal:

Tiragem: 5.300 exemplares